

A segurança energética e o desenvolvimento sustentável dos BRICS

2013 . Ano 10 . Edição 78 - 16/01/2014

Petras Shelton - Zumpano



A segurança energética é fundamental para assegurar o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza nos países BRICS. Entretanto, a gestão dos impactos da produção energética sofre limitações que frequentemente contribuem para o aumento das desigualdades, reduzem níveis de desenvolvimento humano e sustentabilidade em algumas regiões para aumentá-las em outras.

De acordo com estatísticas da multinacional BP, publicadas em 2013, os BRICS foram responsáveis pelo consumo de 35% de toda a energia primária no planeta, comparado com 25% há uma década. A China tem o maior consumo energético do mundo, atualmente 22% de toda a produção. Esse consumo dobrou em oito anos e meio, enquanto o da Índia dobrou em treze anos. Apesar de seu crescimento relativamente menor, a demanda energética do Brasil aumentou quase 50% em uma década. A Rússia foi afetada severamente pela crise econômica mundial de 2008/09, mas continua sendo o terceiro maior consumidor, após China e Estados Unidos. A África do Sul também foi afetada pela crise, mas consome quase um terço da energia do continente, apesar de ter apenas 5% da população africana.

Excetuando o Brasil, a matriz energética dos BRICS depende quase 90% de combustíveis fósseis. O carvão é a principal fonte de energia da China, Índia e África do Sul. Os seus impactos causam grandes problemas sociais e econômicos, incluindo a redução drástica da expectativa de vida, principalmente nas grandes cidades da China, recorrentemente cobertas por nuvens tóxicas. Conscientes disso, nos últimos anos os BRICS deram uma guinada em direção à energia renovável. Dentre as opções, as grandes hidrelétricas continuam recebendo os maiores investimentos.

Os BRICS têm soberania sobre mais de 40% do potencial hidrelétrico do planeta. O Brasil é referência mundial, pois 35% da energia que consome é produzida por hidrelétricas, assim como a grande maioria da eletricidade. Percebendo a oportunidade, China passou a produzir mais energia hidrelétrica do que o Brasil em 2004, e desde então mais do que dobrou sua produção. Índia e Rússia também têm grande potencial hidrelétrico. No entanto, essa fonte energética frequentemente localiza-se em áreas habitadas por minorias étnicas e comunidades com baixos níveis de desenvolvimento humano, tais como Amazônia, Sibéria e as bacias hidrográficas próximas ao Himalaia.

Os impactos das outras opções da energia limpa, tais como a eólica, solar e geotérmica, são relativamente menores. A biomassa também tem grande potencial, embora sua relação inversa com a segurança alimentar seja empecilho. De 2009 a 2012, a China triplicou o tamanho de seus parques eólicos. Já é o país com a maior capacidade instalada, mais de um quarto da capacidade mundial. Índia também investiu consideravelmente na matriz eólica e hoje tem a quinta maior do planeta. O Brasil entrou no mercado eólico muito atrasado, mas sua capacidade aumentou 75% em 2012.

Além dos ganhos ambientais, o desenvolvimento da nova energia renovável também garante acesso a tecnologias inovadoras de alto valor agregado.

A cooperação entre os BRICS no setor energético ainda é limitada. A Declaração de eThekweni, assinada em 2013 na 5ª Cúpula dos BRICS, prevê energia como uma nova área para cooperação, mas ainda não estipula planos de ação. De forma mais concreta, naquela cúpula foi assinado o Acordo de Cooperação Multilateral e Cofinanciamento para o Desenvolvimento Sustentável dos bancos de desenvolvimento dos BRICS. Além do BNDES, a recém-criada estatal brasileira Segurobras (ABGF) pode ter voz importante nesse diálogo por conta de seu papel na gestão dos Fundos Garantidores para Cobertura de Riscos em Operações de Projetos de Infraestrutura de Grande Vulto.

Todas as energias renováveis exigem a gestão de riscos socioambientais, e todos os BRICS são criticados por grupos domésticos e internacionais pela forma como administram esses riscos. O Brasil é signatário de instrumentos que o obrigam, em tese, a consultar comunidades afetadas por grandes projetos, tais como a Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais. Embora falte regulamentação, o país é o único dos BRICS que ratificou esse instrumento. Sempre ciente das enormes sensibilidades e limitações políticas relativas a minorias étnicas, o Brasil poderia promover, no âmbito dos BRICS, um debate sobre as melhores práticas referentes à gestão integrada da segurança energética e dos riscos socioambientais.

Petras Shelton-Zumpano é doutorando em Ciência Política na Universidade de Xiamen, China

Copyright © 2007 - DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO

É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação sem autorização.
Revista Desafios do Desenvolvimento - SBS, Quadra 01, Edifício BNDES, sala 1515 - Brasília - DF - Fone: (61)
2026-5334